



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**  
2 **treze dias de abril de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de  
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani realizou a abertura, dando as  
4 boas vindas a todos os presentes, destacando ser a primeira reunião do novo conselho.  
5 Destacou serem difíceis as tarefas para os debates nos próximos três anos. Realizou a leitura  
6 das pautas d reunião, sendo I. **Eleição da Mesa Diretora; II. Informes; III. Votação da**  
7 **aprovação, por *ad referendum*, da Delegação para a IXª Conferência Municipal de Saúde**  
8 **de Campinas; IV. Apresentação, discussão e deliberação da prorrogação do convênio entre**  
9 **a Secretaria Municipal de Saúde e a SPDM, para a gestão do Complexo Hospitalar Ouro**  
10 **Verde; V. Apresentação, discussão e deliberação do Projeto de Lei da Gestão**  
11 **Compartilhada.** Solicitou a comissão eleitoral para compor a mesa para a eleição da Mesa  
12 Diretora. O Sr. Edson realizou a leitura das atribuições da Mesa Diretora, de acordo com o  
13 Regimento Interno e a Lei Municipal nº 13.230, de 2007. A Sra. Eloísa candidatou-se, como  
14 representante dos conselheiros trabalhadores, sendo eleita por aclamação. Para  
15 representante dos conselheiros usuários, candidataram-se a Sra. Neide, o Sr. Manuel e o Sr.  
16 Mariante. Os seguintes conselheiros usuários votaram: Sr. Ademar José de Oliveira, Sr.  
17 Antônio Carlos Bueno, Sr. Antônio Mamede da Silva, Sr. Armando Bota, Sr. Carlos Firmino,  
18 Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Érica da Silva Vitorino, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita,  
19 Sr. Gerardo Mendes de Melo, Sra. Glória Nozella Lima, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr.  
20 João Xavier, Sr. José Aparecido Martins, Sr. José Mendes Juvenal, Sr. José Paulo Porsani, Sra.  
21 Leonilda Bravo Cabrera, Sr. Lúcio Rodrigues, Sr. Manuel Silverio Teodoro, Sra. Maria Andrade  
22 Gil, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra. Maria  
23 Helena Nogueira, Sra. Mercedes dos Santos, Sra. Neide Aparecida de Faveri Alves, Sr. Paulo  
24 Tavares Mariante, Sr. Severino Alves Bezerra, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira. Em  
25 processo de votação, os conselheiros usuários elegeram o Sr. Mariante, com 18 (dezoito)  
26 votos. A Sra. Neide obteve 07 (sete) votos e o Sr. Manuel (02) votos. O Sr. Porsani convidou o  
27 Dr. Saraiva para compor a Mesa Diretora. O Sr. Porsani iniciou os informes e solicitou a  
28 presença do Sr. Francisco para os informes da Executiva. O Sr. Francisco falou sobre as  
29 pautas importantes que deverão ser tratadas na presente reunião e solicitou que os  
30 informes sejam sucintos. Informou sobre os convênios que foram prorrogados, sendo o  
31 convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Pontifícia Universidade Católica de  
32 Campinas (PUCC) por 90 (noventa) dias, o qual será discutido no Conselho Municipal de  
33 Saúde na reunião extraordinária de junho; o convênio com o Instituto Penido Burnier, onde  
34 será discutido na reunião ordinária de abril, incluindo a discussão da Oftalmologia como um  
35 todo; o convênio com a Maternidade de Campinas, sendo discutido na reunião  
36 extraordinária de maio; e o convênio com o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, a ser  
37 discutido na reunião ordinária de maio. Lembrou que na presente reunião, deverá ser  
38 deliberada a aprovação por *ad referendum* da delegação da IXª Conferência Municipal de  
39 Saúde e deverá ser pautada a apresentação do processo de organização da conferência. A  
40 Sra. Liana perguntou sobre os medicamentos que não são adquiridos nas unidades básicas



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



41 de saúde, porém existem na farmácia popular, como a Sinvastatina, entre outros. A Sra.  
42 Wilma falou sobre o ato público em defesa do Complexo Hospitalar Ouro Verde, que será  
43 realizado no dia 15 de abril. No dia 16 de abril, no Sindicato dos Químicos, ocorrerá o  
44 encontro de “sipeiros” – com o tema: saúde do trabalhador e condições de trabalho. O Sr.  
45 Trombetta questionou sobre a matança das capivaras. Apontou que a mortalidade das  
46 capivaras não resolve o problema de saúde da cidade. Afirmou que a Vigilância em Saúde foi  
47 eficiente para matar as capivaras, porém o mesmo não ocorre para verificar “grandões”.  
48 Questionou se o ar condicionado do salão vermelho possui “PMOC”. Questionou a eficiência  
49 da vigilância em cemitérios e na lavanderia do Serviço em Saúde “Dr. Cândido Ferreira”.  
50 Apontou que a matança ocorreu sem consulta ao Conselho Municipal de Saúde ou a  
51 realização de sorologia das capivaras. A Secretaria Municipal de Saúde pediu permissão ao  
52 IBAMA, porém não resolve o problema das capivaras. Diz que existem capivaras em muitos  
53 outros locais. Perguntou se os cavalos também serão sacrificados, pois são hospedeiros dos  
54 carrapatos. Questionou sobre o problema da dengue e a epidemia que vem se instalando.  
55 Afirmou que questiona a gestão da VISA e não aos funcionários. Diz que não acredita na  
56 VISA. Falou sobre o PA centro, sendo vergonhosa a situação em que se encontra, devido à  
57 imundície. Apontou que o Centro de Saúde do Jardim Fernanda possui até fezes espalhadas  
58 nas caixas de remédios. O Hospital Municipal Dr. Mário Gatti não tem “PMOC”, podendo  
59 causar infecções. Falou sobre a queda de braço da gestão em relação a mortalidade das  
60 capivaras. Colocou-se envergonhado em morar em um município que apresenta uma gestão  
61 omissa. O Sr. Lúcio parabenizou o panfleto dos químicos ao buscar a discussão com os  
62 “sipeiros”. Falou da taxa de mortalidade dos trabalhadores. Falou sobre a realidade do  
63 Centro de Saúde Oziel/Monte Cristo, sendo a necessidade da construção, a qual está  
64 enrolada a mais de 04 (quatro) anos, sendo que a última empresa também não vem  
65 realizando o serviço. Informou que no dia 26 de abril, ocorrerá uma assembléia para  
66 esclarecer o que vem acontecendo em relação à construção da unidade e cobrar a  
67 continuidade das obras. Falou da organização e mobilização dos moradores do local. A Sra.  
68 Teresita convidou para reunião da Micro-região 1 – intersetorial. A Sra. Teresinha falou  
69 sobre o protocolo no 156, realizado em julho 2009, e que refez sua queixa na ouvidoria.  
70 Após sua queixa, o Dr. Hélio foi conversar com a região através do governo itinerante. Falou  
71 que o 156 trata do descaso em terrenos próximos ao CHOV, que não são verificados pela  
72 VISA, com grande quantidade de recicláveis, entulhos e lixos. A Sra. Maria Gil falou sobre a  
73 falta de médicos no seu centro de saúde e perguntou as razões pelas quais essa unidade não  
74 tem vagas nos últimos concursos. A Sra. Izabel falou sobre a verba de R\$ 200.000,00  
75 (duzentos mil reais) para manutenção do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos  
76 Locais de Saúde. Falou sobre a falta do lanche na reunião. Apontou que muitos não jantaram  
77 e que não deveria faltar o lanche. Solicitou que o fato não se repita mais. Falou que existe  
78 briga na Comissão Organizadora da IXª Conferência Municipal de Saúde, que vem brigando  
79 pelo lanche nas Pré-Conferências. A Sra. Cristina Von Zuben informou que por sete ou oito  
80 vezes, a Provisão é invadida por escorpiões. Apontou que o caso é mais complicado, pois



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



81 existem muitas crianças cegas que não tem como escapar dos animais. Informou que a VISA  
82 foi solicitada em todas as ocasiões e nada fizeram. O Sr. José Carlos falou sobre os convites  
83 recebidos, sendo o convite do CEREST para o debate sobre acidentes de trabalho e  
84 previdência social e o convite da VISA para participar do planejamento das ações da VISA,  
85 para 2010 e 2011. Apontou que o CMS possui 01 (uma) vaga e os Conselhos Distritais de  
86 Saúde 01 (uma) vaga cada. Informou sobre a realização das Pré-Conferências dos Distritos de  
87 Saúde Leste e Sul. Explicou que, para as Pré-Conferências, o Dr. Mauro Aranha – diretor do  
88 Departamento Administrativo, esclareceu que o contrato de lanche havia se findado e que,  
89 para garantir os lanches para as Pré-Conferências, a Secretaria Municipal de Saúde buscava  
90 parceria com outras secretarias. Explicou que não teve lanche na presente reunião devido ao  
91 término do contrato de lanche, sendo priorizadas as reuniões ordinárias. Apontou que o  
92 fornecimento do lanche para as Pré-Conferências está garantido. Informou as datas e os  
93 horários das Pré-Conferências dos Distritos de Saúde Sudoeste, Noroeste e Norte. O Sr.  
94 Porsani lembrou que está pautada, para a reunião ordinária de abril, a nomeação/indicação  
95 para as comissões do CMS. Falou sobre as comissões do CMS, que ocorrerá a  
96 nomeação/indicação dos interessados. Apontou as comissões existentes e solicitou que os  
97 conselheiros usuários indiquem suas vontades em participar das comissões. Explicou que as  
98 comissões são importantes para as discussões nos convênios. Esclareceu que cada usuário  
99 poderá ocupar, no máximo, duas comissões. Realizou a leitura de todos os convênios que  
100 devem ter comissões de acompanhamento. Falou sobre as comissões do CMS. Falou sobre a  
101 divulgação do calendário de visitas. Diz sobre o esforço para encaminhar as pautas, que  
102 foram sobrecarregadas pelo impedimento da reunião de março. Falou sobre a necessidade  
103 do CMS ter assessoria jurídica e financeira. O Dr. Saraiva apoiou as queixas dos usuários.  
104 Falou sobre o subdimensionamento da Sinvastatina, devido à invasão da rede privada a  
105 procura deste medicamento, o qual só existia em farmácias de alto custo. Apontou que a  
106 construção do Centro de Saúde do Jardim Oziel gera preocupações, pois a empresa sabe que  
107 deve acelerar a construção. Pediu que o Sr. Lúcio procure a Dra. Carla, para maiores  
108 informações. Falou que foram feitas medidas que não estavam no contrato, tais como muro  
109 de arrimo. Afirmou que verificará o problema dos entulhos no CHOV. Solicitou que a Sra.  
110 Cristina Von Zuben faça por escrito e que verificará pessoalmente, pois é inadmissível  
111 crianças deficientes ficarem expostas a ataques de escorpiões. Esclareceu que foi buscar  
112 recursos para garantir os lanches nas Pré-conferências. Falou que não é possível discutir as  
113 questões das capivaras, pois a discussão é bem ampla. Após, o Sr. Porsani explicou a  
114 delegação para a IXª Conferência Municipal de Saúde. Falou que o *ad referendum* ocorreu,  
115 pois deveria ter sido discutido em 23 de março. A composição foi definida pela comissão  
116 organizadora. Realizou a leitura da delegação. Em processo de votação, o Conselho  
117 Municipal de Saúde **APROVOU** a delegação da IXª Conferência Municipal de Saúde, com 01  
118 (uma) abstenção. A Dra. Taniella iniciou a apresentação do convênio 80/10, entre a  
119 Secretaria Municipal de Saúde e SPDM, para a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde.  
120 Apresentou o valor mensal do convênio, sendo R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



121 cinquenta mil reais) e as metas conveniadas. Apresentou o aditamento do convênio 80/10,  
122 assinado em 03 de março de 2010, no valor mensal de R\$ 4.358.171,55 (quatro milhões,  
123 trezentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) e  
124 as metas conveniadas. Apresentou, ainda, a proposta de aditamento do convênio 80/10, o  
125 qual será discutida em abril, no valor mensal de R\$ 4.555.780,14 (quatro milhões,  
126 quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais e quatorze centavos). O Dr.  
127 Saraiva esclareceu o cronograma envolvendo a Seleção Pública. Explicou que houve intensa  
128 discussão na esfera jurídica, para a definição da gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde,  
129 sendo de um lado a SPDM e de outro as orientações do Tribunal de Contas da União em  
130 realizar licitação para o contrato de gestão. Apontou que houve preocupação do hospital ser  
131 gerenciado por uma entidade inexperiente. Apontou que houve discussão jurídica de como  
132 assegurar os bons serviços que o CHOV vinha realizando. Falou que as avaliação que  
133 existem, das unidades de internação tem sido positivas, no sentido do bom acolhimento e  
134 atendimento ao usuário. Solicitou manifestação do Conselho Local de Saúde. Afirmou a  
135 preocupação em assegurar a assistência, a continuidade e evitar a quebra nos serviços.  
136 Apontou que a licitação solicitava experiência para gerenciar o hospital, sendo realizado um  
137 edital para assegurar a continuidade de uma gestão, sendo que fora considerada deserta.  
138 Após, foi disparada uma seleção pública, com prazos exíguos. Falou sobre a Oftalmologia,  
139 onde, com o fim do convênio com o Instituto Raskin, a decisão fora trazer a especialidade  
140 para serviços próprios ou daqueles que existem gerenciamento em co-gestão; e a questão  
141 da Psiquiatria, onde na área da Saúde Mental existe o problema sério relacionado ao  
142 atendimento à usuários de crack, onde foram feitas as considerações. Apontou que a  
143 questão da fundação não foi colocada em gavetas e solicitou que o Dr. Lincom explicasse os  
144 trâmites legais. Falou que, em contato com outros gestores de outros, a implantação da  
145 fundação demora, em média, 01 (um) ano, como no caso de Curitiba. A Dra. Taniella  
146 lembrou que o convenio pode ser denunciado e finalizado a qualquer momento, frente a  
147 outras propostas. Sendo abertas as inscrições, a Wilma leu o documento do parecer do  
148 Conselho Fiscal de Saúde, onde, devido à falta de documentação, falta de minutas de  
149 convênios e prestações de contas, exara parecer contrario até que todos os documentos  
150 sejam entregues. Falou que, em maio, o CMS votou pela municipalização, 100% pública, da  
151 gestão do CHOV. Lembrou que na ocasião desta aprovação não se falava de UNIFESP ou  
152 Fundações. Afirmou que deveria ser 100% pública municipal, nos mesmos moldes que o  
153 Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, o qual funciona, mesmo sobrecarregado e sucateado.  
154 Falou que são muitos pacientes atendidos no HMMG. Falou que os pacientes do Pronto  
155 Socorro do CHOV não vão para o hospital e, sim, são transferidos para HMMG ou para o  
156 Hospital e Maternidade Celso Pierro. Afirmou que obteve informações de que as cirurgias  
157 eletivas e internações estão suspensas no HMMG, devido à superlotação. Exemplificou com  
158 a transferência de um paciente com fratura exposta do CHOV para ser operado no HMMG,  
159 em caráter de urgência. Diz que o fato de não ocorrer cirurgias no CHOV, sobrecarrega o  
160 centro cirúrgico no HMMG. Apontou que quem segura os atendimentos de saúde de



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



161 campinas é o HMMG, que a sobrecarga implica na impossibilidade de melhorar os serviços.  
162 Falou que o CHOV já possuía os serviços de Oftalmologia, que atendia pacientes que eram  
163 encaminhados nos centros de saúde, sendo atendidos no mesmo dia. Este paciente não  
164 precisava ser selecionado, era automaticamente atendido. Se já possuía atendimento de  
165 Oftalmologia, por que ampliar mais esse serviço no CHOV e aumentar esse convênio.  
166 Perguntou sobre as cirurgias de catarata, que tem uma fila de quase dois anos de espera. O  
167 Sr. Francisco apontou que o CHOV é necessário, porém afirmou que quem critica não quer  
168 fechar o hospital e, sim, melhorar para todos, principalmente para os usuários. Falou que  
169 quem votar deverá ter em mente a melhoria do hospital e não se deve deixar se manipular.  
170 Lembrou que em 12 de maio, fará um ano que o CMS aprovou a municipalização do CHOV,  
171 com gestão 100% pública. Apontou que isso não ocorrerá da noite para o dia. Porém, em um  
172 ano, o processo já deveria ter iniciado. Em compensação, a Prefeitura Municipal de  
173 Campinas apontou a lei das Organizações Sociais, a qual foi encaminhada para a Câmara dos  
174 Vereadores. Falou que a administração municipal deve respeitar as decisões e deliberações  
175 do CMS. Falou que, por coerência, este Conselho deve continuar contrário às privatizações,  
176 conforme fora decidido em Conferências anteriores. Questionou a prorrogação por dois  
177 anos, mesmo frente à decisão do CMS e a questões judiciais. Apontou que a prorrogação  
178 deveria ocorrer por pouco tempo, para garantir a implantação da fundação. O Sr. Trombetta  
179 falou do início do convênio com a UNIFESP/SPDM. Falou que o CMS foi informado que o  
180 convênio seria com a UNIFESP. Foi apresentada uma minuta e assinado outro convênio,  
181 caracterizando um golpe. Falou que o informe da prorrogação ocorreu no final de uma  
182 reunião extensa, com a intenção de não gerar discussão e passar despercebido. Falou que a  
183 prorrogação do contrato tem alteração de valores. Apontou que deve existir a prorrogação,  
184 com menos tempo, como três meses, para que aja tempo hábil para existir alguma  
185 providência. Falou que a SPDM possui mais de mil processos no Brasil todo. Falou que o  
186 dinheiro gasto com esse convênio é elevado. Apontou que os documentos só são  
187 encaminhados na pressão e em último momento. Alegou que existem funcionários do  
188 Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” trabalhando no CHOV. Afirmou que as contas de  
189 água e luz são pagas pela Prefeitura, contrário ao que aponta o convênio, onde quem  
190 deveria pagar essas contas era a SPDM. O Sr. Bruno apontou vários qualitativos que estão  
191 ocorrendo na Prefeitura Municipal de Saúde, tais como incompetência, irresponsabilidade,  
192 descaso ou truculência. Lembrou que em momento nenhum, durante a construção do  
193 hospital, foi discutida a forma de gestão. Falou que o CHOV deveria ser inaugurado em  
194 campanha eleitoral e que foram utilizados argumentos de que o CMS seria o responsável  
195 pela desassistência. Após, o discurso foi que, em dois anos, seria pensada outra alternativa  
196 para a gestão do Hospital. Após dois anos, foi aprovada a gestão 100% pública e, em um ano,  
197 nada foi feito. Alegou que se a Prefeitura tivesse a intenção de implantar a Fundação,  
198 aprovada no CMS, alguma providência já teria sido providenciada. Apontou que a Prefeitura  
199 tem indícios da intenção de passar a gestão para uma Organização Social. Apontou que o  
200 CMS não deve aceitar argumentos que será responsabilizado pela desassistência. A culpa da



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



201 desassistência é da gestão, que não providencia nenhuma atitude. Diz que o CMS não  
202 deveria aceitar mais esses desmandos, tais como aceitar, na surdina, a prorrogação do  
203 convênio por dois anos. Uma Prefeitura comprometida não demoraria dois anos, para  
204 implantar outra forma de gestão. Perguntou se os exames laboratoriais não poderiam ser  
205 realizados no Laboratório Municipal e não pagando para a SPDM, pois o Laboratório  
206 Municipal é um dos melhores do país. O Sr. Felipe falou que não é a toa que existe no  
207 município, um movimento contra a privatização. São pessoas envolvidas com a qualidade da  
208 saúde no movimento. Lembrou que a SPDM é uma empresa que fatura R\$ 1.000.000,00 (um  
209 milhão de reais) por ano e que expõe seus trabalhadores a condições desumanas de  
210 trabalho. Apontou que a SPDM é uma “caixa preta”, sendo por isso que não entrega as  
211 prestações de contas. Apontou ser inadmissível entregar um hospital público a uma empresa  
212 como essa. O CMS não deve existir para executar as políticas e sim, fazer com que a gestão  
213 se responsabilize com o atendimento a população. Realizou três propostas, sendo:  
214 reafirmação da decisão do CMS de maio, sendo a gestão do Complexo Hospitalar Ouro  
215 Verde, com gestão 100% público; ato de repúdio ao informe realizado pelo Sr. Pedro, sobre a  
216 prorrogação do convênio com a SPDM; e o prazo de prorrogação de 06 meses, para a  
217 implantação da fundação. O Sr. Gerardo falou que algumas pessoas tem palavra e outras  
218 tem malandragem. Em 26 de janeiro de 2011, última reunião ordinária do CMS, fora  
219 apontada a realização de uma reunião extraordinária, a qual fora boicotada, sendo  
220 protocolada no mesmo dia, a Lei da Organização Social, para privatizar todos os serviços  
221 públicos. Perguntou se uma Administração que não respeita seus pares respeitará o povo.  
222 Apontou que muitos gestores tem compromisso com os cidadãos, que lutam contra os  
223 desmandos da Prefeitura, sendo contrariados pela administração. Falou que o que é do povo  
224 é obrigação do povo defender. Chamou todos para o ato em 28 de abril, para defender o  
225 CHOV contra a privatização. Afirmou que a gestão enrolou o povo, pois vendeu como  
226 convênio com a faculdade, sendo que uma empresa que assumiu a gerência. Apontou que  
227 ocorrerá enrolação de mais dois anos, para a gestão implantar a fundação. A Sra. Izabel leu  
228 dois textos das resoluções da VIIª Conferência Municipal de Saúde, onde foi aprovado, por  
229 unanimidade, a elaboração de planos de serviços próprios em saúde, com participação dos  
230 conselheiros de saúde, auxiliando na elaboração das políticas públicas e garantir que a  
231 gestão de saúde seja feita exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo CMS,  
232 não delegando, a nenhum grau a gestão, a outras entidades privadas. Realização de uma  
233 plenária explicando sobre os critérios e parâmetros, no âmbito do SUS, o papel de outras  
234 entidades da gestão. Responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde em realizar a  
235 educação permanente e a capacitação dos funcionários, conselheiros usuários e prestadores  
236 de serviços. Apontou que estes pontos foram aprovados na Conferência e que não foram  
237 implantados. Lembrou que a conferência foi construída em conjunto com todos os  
238 segmentos. Diz que na nova Conferência, deverá ser pensado se será aplicado as resoluções  
239 da VIIª Conferência. O Sr. Mariante apontou que, do ponto de vista do prazo, a gestão já  
240 tomou a decisão, sendo após comunicado o CMS. Apontou ser necessário repudiar o



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



241 comunicado da prorrogação, da forma como foi realizada, o que caracteriza molecagem.  
242 Afirmou que é papel do Conselho dizer que decisões como essa estão erradas. Em relação ao  
243 prazo, falou que a gestão assumiu responsabilidades, tal como a política do fato consumado.  
244 Lembrou que tiveram várias oportunidades de discutir os modelos de gestão. Perguntou  
245 quando foram discutidos, no CMS, os prazos da prorrogação. Perguntou se é possível  
246 prorrogar por dois anos, sem o diálogo sério com o CMS. Afirmou que toda responsabilidade  
247 é da gestão, pois não houve diálogo com o CMS. Questionou a falta de quórum na reunião  
248 extraordinária de fevereiro. Perguntou se o prazo de 06 (seis) meses ou 2 (dois) anos  
249 resolveria alguma coisa. A decisão foi de retomada do controle municipal da gestão do  
250 CHOV. Deveria ter um prazo de implantação. A prorrogação é papel de fato consumado.  
251 Defendeu que o CMS não aceitará um papel figurativo. A Sra. Eloísa perguntou sobre a  
252 convocatória, apontando não estar esclarecida para deliberar sobre a prorrogação. Recebeu  
253 somente propaganda e não o convênio ou a minuta, com os problemas reais, para discutir  
254 soluções. Perguntou sobre a qualidade dos serviços do CHOV. O Sr. Porsani apontou que o  
255 debate é importante, para discutir sobre os motivos que o CMS aprovou o contrato com a  
256 UNIFESP. Na ocasião, discutia-se que era importante que a Prefeitura e a Secretaria  
257 Municipal de Saúde se preparassem para atender as resoluções da Conferência. Concordou  
258 com o Sr. Mariante, na definição de prazo para a implantação das decisões do CMS, como a  
259 fundação. Colocou a necessidade de determinar prazos e os responsáveis para a  
260 implantação do projeto de Lei. Diz que a Prefeitura não entregou ao CMS o projeto de Lei da  
261 Fundação, para a discussão e a implantação. Alegou que a única informação que possui é a  
262 que o Ministério Público não permite que uma Fundação abata o seu quadro de funcionários  
263 na Lei de Responsabilidade Fiscal. Sugeriu uma discussão diferente, questionando o tempo  
264 que o hospital fora inaugurado. Alegou que, em dois anos e meio, o hospital vem  
265 funcionando com metade de sua capacidade. Diz que este deve ser o debate da população,  
266 para ocupar integralmente o hospital. Sugeriu realizar uma resolução para cobrar o  
267 funcionamento integral do hospital. Propôs que o limite para que o hospital esteja  
268 funcionando à plena carga seja dezembro de 2011. Apontou ser fundamental que o hospital  
269 funcione integralmente, pois constitui atendimento à população. Questionou se faltam  
270 recursos para isso ou se falta vontade política. Diz que, em visita ao hospital, viu apenas  
271 maravilhas do Conselho Local do CHOV. Colocou existir uma dicotomia entre a vontade da  
272 população em ter o hospital funcionando e o compromisso da administração. Denunciou  
273 que existe uma rachadura no meio do hospital, o qual fora construído há apenas dois anos e  
274 meio. Perguntou como uma construtora, vencedora de uma licitação, entrega uma obra que  
275 apresenta uma rachadura em apenas dois anos de funcionamento. Propôs realizar um  
276 repúdio à construtora. A Sra. Sônia afirmou que o Pronto Socorro vem funcionando em  
277 condições horrorosas, onde crianças são misturadas com adultos, sem distinção de  
278 patologia. Falou que estava realizando uma pesquisa, onde uma criança contou que a mãe  
279 teve que ajudar a matar um rato no hospital. Colocou-se disposta a ajudar a defender o  
280 hospital. Diz que, em 1988, era conselheira estadual, onde lutou muito para os conselhos



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



281 funcionar. Afirmou que o fato do conselho não ser respeitado é inadmissível. O Sr. Domingos  
282 apontou ser necessário conhecer algo para falar sobre. Falou que o CMS deve participar mais  
283 das reuniões do CHOV. Afirmou não ser capaz de falar da CPI da SANASA, pois não tem  
284 conhecimento. Porém, sabe o que acontece no CHOV. Apontou defender o atendimento no  
285 CHOV, que vem sendo bom, independente de quem gerencia. Diz ser contra a Organização  
286 Social, pois se os fosse a solução, Campinas não teria tantos problemas como tem. Afirmou  
287 que os serviços no CHOV tem sido bons. Apontou que existem atendimentos ruins em  
288 hospitais particulares. Diz que a SPDM tem funcionado, mesmo não sendo o ideal. Falou que  
289 a maior parte dos funcionários públicos também não quer fazer nada. Apontou que muitos  
290 funcionários públicos atendem mal a população. Alegou que os funcionários públicos que se  
291 revoltaram com a sua fala nunca foram atendidos por funcionários públicos. Defendeu que  
292 exista um mecanismo para cobrar os maus funcionários públicos. Falou ser necessário  
293 defender a saúde da população. A Sra. Luciane falou que o funcionário leva a fama que  
294 trabalha de mau humor, mas o revoltante é encaminhar um paciente para o CHOV, onde  
295 tem muitos leitos vazios e paciente ter a impressão de bom atendimento, mas não observa a  
296 situação do HMMG, que está sobrecarregado e, mesmo assim, tem atendido toda a  
297 demanda. Os melhores gestores estão na prefeitura e deveria gerenciar o CHOV. Questionou  
298 as razões pelas quais a administração privatiza a gestão e não a assume, muitas vezes não  
299 sabendo suas origens. Apontou que as Organizações Sociais não trabalharão de graça e que  
300 serão pagas com verba pública. Questionou se a transição ocorreu do lado contrário  
301 (público-privado) por que não pode ser realizado o caminho inverso, pois existem muitos  
302 gestores competentes. A Dra. Taniella respondeu a questão levantada pela Sra. Wilma,  
303 acerca as cirurgias no CHOV. Esclareceu que o CHOV é referência em cirurgias de Ortopedia,  
304 realizando as cirurgias do HMMG, do Hospital Celso Pierro e do próprio CHOV. Falou que  
305 iniciou-se as cirurgias eletivas referenciadas do HMMG e de outros serviços de saúde do  
306 município. Sobre a regulação médica, esclareceu que foi uma decisão de gestão, que  
307 Campinas tivesse controle de todos os leitos do hospital, para que não houvesse uma  
308 decisão do Pronto Socorro do CHOV de internar um paciente nos leitos do CHOV. Explicou  
309 que o Pronto Socorro do CHOV tem mais capacidade de atender os pacientes que os Pronto-  
310 Atendimentos municipais, pois tem a retaguarda do hospital. Explicou que os leitos do  
311 hospital devem ser ocupados, prioritariamente, por pacientes encaminhados dos Pronto-  
312 Atendimentos, pois não possuem retaguarda hospitalar. Alegou que o hospital não está  
313 sendo utilizado em sua totalidade, porém, no Pronto Socorro, a ocupação é de 100%.  
314 Apontou a necessidade de buscar mais recursos para o funcionamento do CHOV. Esclareceu  
315 que existe um projeto, em análise no Ministério da Saúde, para uma reforma para  
316 diferenciar os espaços dos atendimentos adultos e infantil, para melhorar a linha de  
317 atendimento. Mas, para isso ocorrer, é necessário recurso do Ministério da Saúde. Apontou  
318 existir funcionários da Secretaria Municipal de Saúde coordenando vários serviços do CHOV,  
319 tendo a capacidade de gerenciar o hospital. Diz que os gestores municipais trabalham em  
320 conjunto com os gestores da SPDM, o que caracteriza o gerenciamento em co-gestão. O Dr.



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



321 Saraiva falou sobre as considerações e colocou-se como representante do governo  
322 municipal. Assumiu as responsabilidades dos atos que a gestão realiza. Colocou entender,  
323 com clareza, que houve falta de diálogo. Apontou ter clareza que a forma como foi realizada  
324 a prorrogação fora imprópria. Diz que, segundo orientações do Jurídico, as prorrogações  
325 sem alterações de planos operativos podem ser informadas, de uma forma juridicamente  
326 aceitável, porém entende o compromisso que o CMS tem e da responsabilidade que a  
327 gestão tem para com o Conselho. Esclareceu que a forma como foi trazida a prorrogação foi  
328 imprópria e inadequada e, em nome da gestão municipal, pediu desculpas. Comentou que  
329 fora dito, em muitas ocasiões, por pessoas diversas, que os funcionários do CHOV seriam  
330 demitidos, criando terrorismo, pois trata-se de trabalhadores cidadãos brasileiros e que  
331 merecem o respeito e responsabilidade, independente da forma de contrato. Afirmou que  
332 as irregularidades devem ser denunciadas e verificadas. Esclareceu que todos os convênios  
333 são auditados pelo Tribunal de Contas da União, sendo, pessoalmente, convocado a prestar  
334 esclarecimentos, em três oportunidades, no TCU. Afirmou que já discutiu esse convênio no  
335 Ministério Público Federal. Afirmou que o cenário do Complexo Hospitalar Ouro Verde  
336 transcende o âmbito municipal, sendo a gestão discutida no âmbito estadual e,  
337 principalmente, no âmbito federal, de onde vem os recursos para o funcionamento do  
338 hospital. Apontou não haver dúvidas quanto ao tempo da prorrogação, para que a gestão  
339 possa assegurar a estabilidade do atendimento, pois é possível reincidir esse convênio a  
340 qualquer momento. Afirmou que veio de uma reunião do COSEMES e colocou-se  
341 incomodado com a falácia dos que dizem que a saúde, pela forma como está inserida no SUS  
342 e no contexto brasileiro, pode ser 100% gerenciada através, exclusivamente, do concurso  
343 público ou dos mecanismos pelos quais Campinas está inserida. Afirmou que aqueles que  
344 assim falam, escondem em seus municípios aquilo que, ideologicamente, são contrários.  
345 Apontou ser preciso rever o modelo de gestão e melhorar os mecanismos de gestão.  
346 Lembrou que está aberto um concurso para médicos, com salários de R\$ 8.000,00 (oito mil  
347 reais), R\$ 1.000,00 (mil reais) por plantão de 12 horas e, mesmo assim, não consegue  
348 completar o quadro. Apontou que existem muitos serviços sem plantonistas. Afirmou que  
349 70% dos plantonistas do SAMU são contratados via Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”,  
350 sendo que os médicos não querem trabalhar no SAMU, mesmo com salários elevados.  
351 Apontou ser necessária a busca por ferramentas. Diz que o Prefeito foi sensível, sendo um  
352 dos autores da petição que a Lei das Organizações Sociais, que está em trâmite em Brasília,  
353 seja considerada inconstitucional. Diz ter apreensões de abrir flancos, para que aventureiros  
354 se apropriem da gestão do SUS. Diz não acreditar que a gestão do CHOV esteja sendo  
355 enganada por desvios e formas de gestão criminosas, pois existem cinco gestores municipais,  
356 sendo funcionários de carreira, e avaliações constantes. Afirmou ter entregado um ofício ao  
357 Ministro da Saúde, solicitando uma reunião imediata, para pedir mais recursos para ampliar  
358 a capacidade de atendimento do CHOV em 100%. Esclareceu que o município executa 26%  
359 do seu orçamento com a Saúde. Falou sobre a regulação, onde disse que o HMMG possui  
360 dezesseis leitos de UTI e uma lotação em seu pronto socorro. Disse que ocorrerá uma



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



361 reforma no CHOV, o que acarretará na possibilidade de realizar cirurgias de emergência.  
362 Esclareceu que existem quarenta macas no pronto socorro do CHOV. Lembrou que o  
363 Hospital da PUC não possui um leito a mais “para dentro”, espalhando macas pelo pronto  
364 socorro, assim como o Hospital das Clínicas. Explicou que Campinas necessita ter mais  
365 pronto socorro, mas de nada adianta se não houver leitos. Falou sobre a necessidade de  
366 ampliar a discussão para a região, pois existem 20% de atendimentos à pacientes de outras  
367 cidades. Afirmou que, jamais, a gestão evitará o debate. Refletiu que são necessários  
368 instrumentos ágeis, pois é incompreensível demorar três meses para contratar um médico  
369 para a área da urgência/emergência. Colocou a Secretaria Municipal de Saúde à disposição  
370 para ampliar o debate. O Sr. Gerardo falou sobre a resolução nº 02/2010 do CMS. Aceitou as  
371 desculpas do secretário, mas disse não ser suficiente Propõe encaminhamentos, sendo:  
372 realizar o repúdio pela forma como foi feita a prorrogação; prorrogar o convênio por 06  
373 (seis) meses, e em 03 (três) meses, apresentar uma proposta com uma redação parecida  
374 com o artigo 2º da resolução citada; deve ampliar sua capacidade de atendimento do CHOV  
375 a 100%, até dezembro; o CHOV deve ser municipalizado em 06 (seis) meses, a partir de hoje;  
376 enviar um relatório ao Ministério da Saúde, de todas as decisões do CMS, em relação ao  
377 CHOV. O Sr. Porsani solicitou um adendo, pois as propostas tem como referencia a resolução  
378 nº 02/2010, onde o artigo 3º cria uma Comissão Técnica, a qual já realizou um estudo, o qual  
379 apontou que deveria ser implantada a Fundação Estatal, o que foi aprovado por  
380 unanimidade. Sugeriu que fosse a implantação da Fundação Estatal e não genericamente  
381 municipalização. O Sr. Gerardo falou que a Comissão apresentou o estudo e a implantação  
382 está na mão da administração. O CMS não votou outro encaminhamento e sim, uma gestão  
383 totalmente pública. Apontou que se o debate foi ampliado, não fora encaminhado ao CMS,  
384 sendo interrompido na Secretaria Municipal de Saúde. Deveria ter sido encaminhado ao  
385 CMS para a discussão. A Sra. Wilma solicitou um adendo à proposta do Sr. Gerardo, pois o  
386 CMS já aprovou a gestão 100% pública. Diz que a Câmara dos Vereadores aprovou R\$  
387 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para concurso público. Falou que o Sr. Fábio  
388 apresentou que os gastos com recursos humanos estão em 41% da Lei de Responsabilidade  
389 Fiscal. Soliciou a inclusão da defesa do concurso público, dentro dos seis meses de prazo  
390 para implantação. O Sr. Trombetta solicitou votação nominal. O Sr. Adilson concordou que o  
391 CMS deve ser respeitado. Falou que o espaço deve ser utilizado para a defesa de várias  
392 disputas políticas e ideológicas, sendo essa a essência do SUS. Apontou que muitas coisas  
393 não são compatíveis. Colocou ser contra as Organizações Sociais e que quer realizar um  
394 debate franco sobre os modelos de gestão. Apontou a necessidade de procurar alternativas  
395 de modelos de gestão. Argumentou que em 6 (seis) meses não é possível implantar um novo  
396 modelo de gestão. Defendeu que qualquer processo que substitua os quase 400  
397 (quatrocentos) funcionários é prolongado. Diz que houve entendimento que a gestão teria  
398 até 02 (dois) anos para implantar um novo modelo de gestão. O Sr. Mariante apontou que o  
399 Sr. Gerardo tem direito a defesa de sua proposta, tal como o Sr. Adilson. O Sr. Porsani  
400 apontou não concordar com a proposta do Sr. Gerardo, pois deveria incluir a implantação da



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



401 fundação e não apenas municipalização, onde desrespeitaria a decisão anterior do CMS. O  
402 Sr. Porsani colocou em votação a prorrogação por 30 minutos, sendo aprovada, com 02  
403 (dois) votos contrários e 01 (uma) abstenção. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de  
404 ordem, alegando que o Sr. Adilson defendeu o que já existe na gestão. A Sra. Luciane  
405 perguntou se, na proposta da gestão, em até dois anos, existem possibilidades de encerrar o  
406 contrato antes do término. O Sr. Mariante solicitou atenção para encaminhamentos, sendo  
407 que foram apresentadas poucas propostas, sendo que o Sr. Porsani solicitou apenas um  
408 adendo. Esclareceu que a gestão apresentou a proposta de prorrogar por 02 (dois) anos e  
409 que o Sr. Gerardo apresentou uma proposta, com um destaque do Sr. Porsani. Propôs a  
410 votação entre a proposta da Administração e do Gerardo e, após, a votação entre as  
411 propostas do Sr. Gerardo e do Sr. Porsani. O Sr. Porsani encaminhou a votação da proposta  
412 de prorrogação da Gestão contra a proposta do Sr. Gerardo, enumerando a proposta da  
413 Gestão em “1” e a proposta do Sr. Gerardo em “2”. Em processo de votação, o Conselho  
414 Municipal de Saúde **APROVOU** a proposta do Sr. Gerardo, de prorrogar o convênio por 06  
415 (seis) meses, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 06 (seis) votos favoráveis à proposta  
416 da Gestão, prorrogar o convênio por 02 (dois) anos, votando favorável à proposta do Sr.  
417 Gerardo (**proposta “2”**) os conselheiros: Sr. Ademar José de Oliveira, Sr. Antônio Mamede da  
418 Silva, Sr. Armando Bota, Sr. Bruno Mariani de Souza Azevedo, Sr. Carlos Firmino, Sr. Cláudio  
419 Trombetta, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr. Felipe Monte Cardoso, Sr. Francisco Mogadouro  
420 da Cunha, Sr. Gerardo Mendes de Melo, Sra. Glória Nozella Lima, Sra. Izabel Pereira de  
421 Oliveira, Sr. José Aparecido Martins, Sr. José Mendes Juvenal, Sr. José Paulo Porsani, Sra.  
422 Luciane Del Duque Bispo, Sr. Lúcio Rodrigues, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra.  
423 Mercedes dos Santos, Sra. Neide Aparecida de Faveri Alves, Sr. Rodrigo Fernando Presotto,  
424 Sra. Rosa da Silva, Sr. Severino Alves Bezerra, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira, Sra.  
425 Wilma Rosendo da Silva; e votando favorável à proposta de prorrogação da Gestão  
426 (**proposta “1”**) os conselheiros: Sr. José Francisco Kerr Saraiva, Sra. Maria Cecília Brandt  
427 Piovesan, Sr. Salvador Affonso Fernandes Pinheiro, Sra. Deise Fregni Hadich, Sra. Rosaura  
428 Correia Leves, Sr. Luiz de Paula Góes. Após, o Sr. Gerardo defendeu a proposta de 03 (três)  
429 meses para averiguação das propostas, pois é importante não dar mais segundas chances de  
430 algo não ocorrer. Lembrou que o CMS aprovou a municipalização da gestão. Diz não querer  
431 mais dar carta branca ao governo que perdeu a chance de apresentar alguma proposta.  
432 Defendeu que a gestão deve ser 100% pública. O Sr. Porsani apontou ser importante a  
433 discussão, pois existe o debate e o encaminhamento das decisões. Diz que uma vez que se  
434 cobrou da gestão encaminhar as decisões, como o CMS não defenderá uma decisão anterior,  
435 por unanimidade, fruto de um trabalho de uma Comissão Técnica reconhecida em Diário  
436 Oficial. Afirmou não poder menosprezar uma decisão do CMS, que aprovou a implantação  
437 da Fundação Estatal. Apontou que a Fundação não é uma carta branca, diferentemente da  
438 municipalização genérica. Em processo de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA**  
439 o texto proposto pelo Gerardo, rejeitando o adendo proposto pelo Sr. Porsani. Devido o  
440 avançado do horário, o Sr. Porsani solicitou que a Comissão Executiva pense em como



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



441 encaminhar o último ponto de pauta. Após, encerrou a reunião, agradecendo a presença de  
442 todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do  
443 Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais  
444 presentes.